

RESOLUÇÕES

COMITÊ REGIONAL

maio de 1987

" Até a objeção mais extravagante tem uma causa, e só depois de havê-la compreendido e havê-la eliminado racionalmente é que se conseguirá destruir a objeção e convencer o objeitor. "

Gramsci

O mês de abril fechou cinquenta anos da morte de Antônio Gramsci. Dotado de uma ampla cultura clássica e de uma formação política e filosófica marxista, Gramsci foi uma das personalidades mais importantes na luta política e ideológica contra o fascismo e pela formação do partido revolucionário do proletariado italiano. Amargou durante 11 anos nos cárceres fétidos de Mussolini, fato que lhe debilitou extremamente a saúde. Sua libertação ocorreu simplesmente para que sua morte não se desse atrás das grades. Militante do cotidiano da luta de classes, teórico eminente e figura humana exemplar, Gramsci é uma referência importante no momento em que, na preparação do III Congresso, pretendemos avançar na compreensão do marxismo, que é sempre um ato de sua recriação. O Pleno do Comitê Regional registra o cinquentenário da morte de Gramsci como uma importante perda da revolução proletária e do movimento comunista.

RESOLUÇÃO DE FINANÇAS ( interna )

Um dos pontos de destaque da pauta da última reunião do CR foi a situação financeira do P. a nível nacional e aqui no estado. Esta é, dentre as várias preocupações da direção regional uma das questões mais graves e urgentes de serem solucionadas.

Isto porque, após inúmeras resoluções, documentos apelos, etc, as finanças e a construção material do P. continuam sendo relegadas a um plano secundário da dedicação e elaboração coletiva e das discussões do interior partidário. Quantas vezes já se repetiu que a questão financeira envolve um entendimento de que, além de uma constante e profunda busca de soluções teóricas e políticas, a revolução no Brasil não prescinde de uma estrutura gigantesca capaz de destruir a complexa e poderosa máquina que é o Estado burguês no capitalismo monopolista dependente? Quantas vezes já se disse que a arrecadação financeira depende diretamente do nível ideológico da compreensão e concepção de partido? Quantas vezes já se afirmou que a nossa capacidade de arrecadar finanças não se trata apenas de uma questão "técnica" ou de "disciplina", mas, além de tudo, de um compromisso inalienável daqueles militantes que se consideram (no mínimo) revolucionários? Quantas se ouviu que sem dinheiro não se faz política e que da mesma forma, sem uma política financeira sólida e eficiente não se consegue dinheiro?

Enfim, foram inúmeras as vezes em que a direção partidária chamou a atenção para este problema sem uma repercussão e resposta satisfatórias. Pelo contrário, se a resolução exigia discussão, esta era, na maioria das vezes, travada de maneira formal, como uma obrigação, o último ponto de pauta. Se existia discussão, ela era caracterizada pela falta de iniciativa para elaborar políticas financeiras, no máximo, a um reajuste nas cotas ou a um plano para pagar alguma dívida.

É inconcebível que, até hoje, os CMS, CIs e CZs não tenham uma política para arrecadação financeira a médio e longo prazos, situação que se agrava pela proximidade das eleições de 88, onde o P. necessita contar com uma grande soma de recursos. Da mesma forma é inconcebível que a grande maioria dos militantes e organismos ainda não tenham percebido a importância de que uma boa política de aliados e amigos, cumpre um papel preponderante na arrecada-

ção e na manutenção material do partido.

São todas estas questões que precisam ser, urgen-temente, ser revertidas. Ou o coletivo assume o problema das finan- ças do partido como crucial e de grande importância, ou o PRC não ' passará de um exercício de pretensões nunca materializadas. É da bus- ca desta solução que depende o nosso futuro.

A situação financeira do P. a nível nacional en- contra-se extremamente deteriorada, conforme a avaliação do CC. Aqui no estado, mantendo-se a atual trajetória, desembocaremos na mesma ' situação, que já foi melhor no ano passado. O P. ainda tem dívidas ' adquiridas durante o período eleitoral e o atraso dos pagamentos das cotas passou a ser um hábito. Alguns municípios ainda não cumpriram com os planos de cheques programados, e dentre aqueles que cumpriram existem casos em que os cheques retornam por falta de fundos, etc. Além disso, os poucos recursos por nós arrecadados sofrem a corrosão veloz da mesma crise que se abate sobre todos os trabalhadores.

O CR, ao mesmo tempo que não se exime das suas ' responsabilidades, assume a tarefa de elaborar um plano de arrecada- ção financeira de médio e longo prazo e, de centralizar uma política de arrecadação através de aliados e amigos do P. no estado, e toma ' as seguintes resoluções:

#### 1. na questão das assistências

1.1. responsabilizar individualmente as assistências pelos compromi- sos assumidos pela área de sua jurisdição, o que, traduzido, signifi- ca dizer que vencidos os prazos de débitos, o pagamento será de res- ponsabilidade dos assistentes.

1.2. estabelecer um prazo de 15 dias para apresentar um plano para o resgate de todas as dívidas com o CR. Este plano deverá ser aprovado pelo Secretariado.

1.3. estabelecer como primeiro ponto de pauta nas reuniões de todos ' os organismos a situação das finanças do P.

#### 2. na questão dos reajustes salariais e sua incidência nas cotas mun.

2.1. a partir desta resolução, a vigorar em 10 de maio, o salário mí- nimo referência para as cotas municipais é de Cz\$1.600,00 (mil seis- centos cruzados).

2.2. o CR resolve que a correção das cotas mínimas será, de agora em

diante, automática e vigorará sempre a partir do mês seguinte ao que foi decretado o reajuste do salário mínimo. (Por exemplo: reajuste é decretado em maio. As cotas municipais reajustadas segundo este novo salário serão pagas em 10 de junho)

2.3. reafirmar que as datas de pagamento das cotas municipais é o dia 10 de cada mês.

2.4. determinar que cada municipal estabeleça datas limites de arrecadação na sua área, compatível com o cumprimento da data limite do CR

2.5. o CR resolve manter o sistema de pagamento programado, estendendo a sua vigência até o mês de maio de 1988. Em função disto, determina que as assistências, no prazo de 15 dias, regularizem junto ao Secretariado o depósito do respectivo número de cheques. Alerta que os cheques devem estar em branco, devidamente assinados, para que possam ser preenchidos nos valores sempre atualizados das cotas do municipal emitente (correção automática devido a reajustes do salário mínimo)

2.6. resolve ainda o CR republicar as cotas de cada municipal:

POA - 10 sm	Centro - 4 sm	Oeste - 1,5 sm	Sul - 2 sm
Vale - 2 sm	Planalto - 1,5 sm	Missões - 1 sm	

### 3. na normatização geral sobre finanças

3.1. constituir, a nível estadual, uma Comissão de Finanças, coordenada pelo Secretario de Finanças do Secretariado, para estudar e elaborar uma política geral de finanças para o P.

3.2. a Comissão Estadual de Finanças, a partir do Secretariado, poderá centralizar o P. em atividades financeiras que programar.

3.3. a CEF será constituída dos seguintes membros:

3.4. o CR determina que municipal constitua, a nível local, a sua respectiva Comissão Municipal de Finanças. caso pertença à jurisdição municipal algum militante que seja membro da CEF, este integrará automaticamente a Comissão Municipal, sendo seu coordenador.

3.5. o CR solicita aos municipais que viabilizem estudos a serem apresentados ao Sec. sobre a situação dos membros do P. e suas contribuições: são compatíveis ou não com seus ganhos, podem ser sugeridas deduções da renda bruta para aliviar, etc. Tal estudo deve ser encaminhado ao Sec.

3.6. o CR resolve estabelecer uma multa, a partir desta resolução, a todos os débitos não saldados nos prazos assumidos. Tal multa (corre

ção) será proporcional ao número de dias atrasados e será calculada segundo a variação da correção monetária no período. O valor correspondente da correção será acrescido ao cheque programado do mês que suceder ao do atraso.

RESOLUÇÃO SOBRE A CUT E O MOVIMENTO SINDICAL (interna)

O CR, ao avaliar a intervenção do P. nas CUTs e no MS, bem como sintetizar a atual situação do movimento, constata debilidades na sua própria elaboração política, na unificação da intervenção nas CUTs e na determinação das categorias prioritárias à ação do P. neste período, do ponto de vista da construção partidária e da estratégia revolucionária.

Estas limitações, somadas às indefinições da direção da CUT Nacional e Estadual compõem um quadro preocupante, que exige respostas, tendo em vista a aproximação dos Congressos da CUT no estado, das eleições sindicais nas categorias A e B e da urgência em desenvolvermos estadualmente a articulação da "CUT pela Base".

Buscando traçar orientações gerais que abarquem estas questões, o CR apresenta ao coletivo estas resoluções, centradas nos seguintes pontos:

I. síntese da situação do MS neste último período

Ia. a discussão a respeito da realidade da CUT Nacional, afirmando a tarefa política de contribuirmos na construção de uma alternativa de direção ao movimento e à CUT a partir, basicamente, de uma definição do papel político do MS.

Ib. a elaboração de uma prática política "de classe" dentro do movimento.

II. breve avaliação da atuação do P. no MS, indicando as prioridades

III. apresentação de propostas sobre a realização de um Seminário Estadual e em relação à intervenção do P. no Congresso Estadual da CUT.

I. SOBRE A AVALIAÇÃO GERAL DO MS

Após a realização da Campanha Salarial Unificada em 85 pelas categorias operárias de SP. - metalúrgicos, químicos, plásticos, vidros, couros, etc - que marcaram aquele momento de intensas greves e mobilizações, como iniciativa concreta na articulação de uma política de movimento não corporativa, fundada na unificação das campanhas e mobilizações intercategoriais, o MS a nível nacional pas

sa por um conjunto de numerosas greves isoladas contra o arrocho e o confisco salarial do Plano Cruzado, colocando-se numa perspectiva de recuo, considerando os avanços de 85, que culminaram com a possibilidade de deflagração da greve geral no início de 86, abortada pelo pacote econômico. O MS somente a 12 de dezembro, na Greve Geral, retoma a ofensividade anterior, abrindo-se uma expectativa de enfrentamentos com o governo Sarney, já em franco processo de desgaste e perda de legitimidade enquanto fiador incontestado da transição conservadora. A farsa do Cruzado vem à tona, refletindo no quadro pós-eleitoral, exigindo da NR iniciativas que visam controlar o momentâneo e radical ascenso do MS, que poderia influir na correlação de forças vigente, favorável, até então, ao projeto burguês-conservador. A rearticulação das tratativas em torno do pacto social materializam a tentativa do governo de recompor a sua base social corroída a partir das medidas do chamado "Cruzado II"

Inicialmente a CUT, de forma correta, assume uma posição contrária às articulações do governo, denunciando-as veementemente, porém, deveria, no plano político, dar consequência à tal postura, armando politicamente o MS, num crescendo a partir da Greve do dia 12, para que entrássemos nas campanhas salariais do triênio - março, abril maio - em condições de globalizar a luta contra o governo e sua política econômica pautada no receituário recessivo e de arrocho do FMI.

Com isto, inicialmente o governo taticamente ganha tempo, e o MS enfrenta atualmente as campanhas e mobilizações sem a preparação e a radicalidade necessárias, retornando a uma situação defensiva, cuja lógica é resistir aos efeitos da política econômica do governo. O acordo feito no ABC é expressão deste contexto.

permanece a disposição de luta dos trabalhadores com inúmeras greves se realizando (func. públicos de SP e RS, professores do RS, motoristas SP e Fort., municipais POA, etc), as campanhas salariais se desenvolvendo (metalúrgicos de Canoas, SLeop. e POA) porém o movimento se ressentido de uma política que neste momento esteja voltada contra o governo Sarney, mergulhado numa crise política. A ausência de discussão e de uma política, principalmente na CUT Nacional, durante o período subsequente à greve geral, está agora demonstrando as suas consequências.

Este quadro, sinteticamente esboçado, indica que o MS convive com as incertezas e as limitações da visão da maioria

da direção da CUT Nacional, fortemente influenciada pelo apêgo ao movimento corporativo e reivindicatório, prendendo-o à dinâmica da luta econômica. O CR a este respeito constata:

1º que tal concepção expressa se esgota enquanto possibilidade de direção política às lutas dos trabalhadores, pois tende a conservar o MS enquadrado nos estreitos horizontes da política ditada pelo espontaneísmo e da práxis fragmentada.

2º que há uma tarefa inadiável a ser aprofundada e desenvolvida pelo movimento sindical cutista, no interior das greves, lutas e congressos: a construção de uma alternativa de direção e prática política. E que neste sentido a articulação "CUT pela Base" é a melhor possibilidade neste momento.

3º que a compreensão de direção e prática de classe se embasa na visão de que o papel político do MS supera a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, se relacionando fundamentalmente com a conquista dos interesses históricos dos trabalhadores e da sociedade socialista; e a organização pela base se volta à formação da consciência de classe "para si", a partir da reprodução da concepção materialista de mundo e dos valores éticos, morais, ideológicos, culturais correspondentes.

Considerando o exposto, o CR resolve determinar aos CMs, CIs e CZs que desenvolvam uma intensa distribuição e discussão política, junto às lideranças sindicais e ativistas destacados, dos textos de contribuição ao debate sobre a "CUT pela Base" e que organizem iniciativas no plano da formação política, visando difundir uma visão política sobre o MS, destacando a abordagem sobre o papel do movimento e a organização independente pela base, ligando todo este processo à preparação do Congresso Estadual da CUT.

## II. SOBRE A ATUAÇÃO DO PARTIDO E AS PRIORIDADES

A atuação geral do P. no MS mantém fortes traços do corporativismo. Isto se deve à ausência de discussão política, de uma política sindical e a parca elaboração, pelo conjunto dos militantes com intervenção no movimento.

Tal situação se manifesta na prática adotada nos sindicatos, caracterizada pela despolitização e inexistência de trabalho orgânico na base das categorias. O fator que move o militante

do P. é o momento do dissídio e a especificidade da categoria ou sindicato, inexistindo um investimento permanente e sério na formação teórica dos ativistas, bem como na preocupação pela difusão de materiais, textos, formação de bibliotecas atualizadas, etc, como incentivos á discussão política.

Um sindicalismo sustentado por esta dinâmica se reduz a reproduzir uma prática política alienante.

Nas CUTs verificamos a inexistência de uma política unificada, despotencializando este espaço enquanto móvel de organização do movimento e ampliação das influências do P.

Nas categorias observa-se uma indefinição quanto às prioridades, tendo em vista a aproximação de importantes eleições sindicais, à estratégia revolucionária e à força política nos momentos de agitação, greves, campanhas, etc.

Não obstante esta situação, em parte cabendo ao CR a responsabilidade, o P. mantém uma boa influência no MS do estado, a partir de determinadas CUTs e da implantação partidária em categorias que compõem o setor mais organizado e combativo do movimento.

Considerando a situação e buscando dar uma perspectiva política ao MS e à CUT o CR resolve:

a) determinar como instrumento imediato de unificação da intervenção do P. no estado a preparação do Congresso Estadual da CUT e a campanha Contra Sarney e a Dívida - Diretas para Presidente. Nossa ação política específica (debates, cursos, contatos, assembléias, etc) se coloca na perspectiva de ampliação das influências e da criação de um campo político ampliado, tendo em vista as disputas e a formação da nova direção da CUT/RS.

No movimento propomos o engajamento de todas as CUTs e sindicatos no Movimento em Defesa dos Interesses do Povo, proposto pelo Diretório Nacional do PT. Os militantes do P. nas CUTs e sindicatos devem tomar a iniciativa na articulação e formação dos Comitês em Defesa dos Interesses do Povo e na divulgação massiva da consigna "Contra sarney e a Dívida - Diretas para Presidente.

b) determinar as categorias A e B como prioritárias ao trabalho do P. no estado.

### III. SOBRE A INTERVENÇÃO E ARTICULAÇÃO NO CONGRESSO DA CUT/RS

O P. sempre teve influência na direção estadual da CUT, particularmente até o III Congresso. A partir daí, onde a atual direção foi articulada, sob hegemonia da esquerda, constatou-se debilidades políticas na intervenção do P. A não existência de nomes que possibilitassem manter a qualidade e a ofensividade das gestões anteriores foi uma realidade naquele congresso e que continua até estes dias. Nossa intervenção deveria ser mais politizada exatamente para tentar suprir estas deficiências. A atual direção tem se mostrado sem iniciativas frente aos fatos que se sucedem na conjuntura (vide a passividade em relação à repressão às greves e à moratória técnica), se mostra muito distante das lutas concretas e não se constituiu num órgão coletivo de direção política.

Em razão desta situação geral, mas que precisa ser imediatamente aprofundada, particularmente no que diz respeito à avaliação desta gestão, o CR orienta a intervenção do P. neste congresso, estabelecendo os seguintes objetivos e orientações:

#### 1. Objetivos -

- A - quanto à composição da nova direção - o P. deve estabelecer como seu objetivo, a participação de ... camaradas na nova direção.
- B - quanto ao número de delegados - o P. estabelece como objetivo a formação de um bloco de ... delegados sob influência direta das nossas propostas,
- C - quanto à produção de teses -
  - C1-o P. deve, ... dias antes do congresso, tirar um conjunto de teses que sirva de referência ao processo de retirada de delegados mesmo que tal documento seja atualizado posteriormente.
  - C2-o CM da cidade X fica responsável por encaminhar ao sindicato Y a elaboração, aprovação e divulgação das teses.
  - C3-o CR orienta os CMs para que, se for necessário e politicamente conveniente, elaborem outros conjuntos de teses, desde que não fira, no essencial, o conjunto "oficial"
- D - quanto às orientações gerais -
  - D1-o P., desde já, deve criar, nas regiões, espaços concretos, trabalhando os nomes que serão bancados pelas categorias nas assembleias, à direção estadual e regionais.

D2 - o partido deve mapear imediatamente nas regiões as categorias e ativistas chaves, capazes de agrantir a ampliação desta articulação, realizando discussões, seminários, abrindo contatos, etc.

D3 - o P. nas regiões deve estabelecer responsabilidades individuais a nível das direções municipais e zonais para implementar a política proposta.

#### SOBRE A REALIZAÇÃO DE UM SEMINÁRIO ( INTERNA E SECRETA )

Considerando a tarefa de construção de uma alternativa de direção às lutas dos trabalhadores e as nossas debilidades de intervenção no movimento operário e sindical, e ao cosntatarmos ' que estas não se restringem unicamente à forma como preparamos e/ou intervimos nos congressos da CUT, de como atuamos nos sindicatos ou de que forma conduzimos o trabalho nas CUTs, mas sim uma debilidade mais complexa, que envolve a limitada elaboração teórica, e o desenvolvimento de uma prática revolucionária de intervenção no movimento o CR determina a realização de um Seminário Estadual para aprofundarmos esta discussão e socializarmos experiências, devendo ser convidados a participar sindicalistas e operários avançados que atuam no movimento cutista. Este seminário deverá se realizar antes dos congressos da CUT e antes das articulações da CUT pela Base.